



# NEWSFLASH. 01

JANEIRO DE 2015

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOVO PRAZO: 7 DE JULHO DE 2015



Aproxima-se, a passos largos, o prazo de 7 de Julho de 2015 para as novas empresas que estão abrangidas por licenciamento ambiental, de acordo com o Decreto-Lei n.º 127/2013 de 30 de Agosto.

A **Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)** veio trazer uma nova perspetiva às tradicionais estratégias sectoriais de combate à poluição, vindo reconhecer que a abordagem integrada no controlo da poluição favorece a proteção do ambiente no seu todo.

A Diretiva PCIP, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de agosto, revogado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, estabelecia que as “instalações existentes” abrangidas deveriam ser possuidoras de **Licença Ambiental (LA)** até 30 de outubro de 2007, sendo a LA para as “instalações novas”, cf. definição do Decreto-Lei n.º 194/2000, condição necessária à sua construção. Com a revogação deste Decreto-Lei, pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, deixaram de existir as definições de “instalação nova” e de “instalação existente”, **sendo a obtenção de LA, para uma instalação que desenvolva uma ou mais atividades do Anexo I deste regime, condição necessária à exploração.**

A Diretiva 2010/75/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, relativa às Emissões Industriais (DEI), revoga, a partir de 7 de janeiro de 2014, a Diretiva 2008/1/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008, relativa à PCIP, com a alteração dada pela Diretiva 2009/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (Diretiva PCIP).

O **Decreto-Lei n.º 127/2013**, de 30 de agosto, transpõe para o direito nacional a DEI e estabelece o regime de Emissões Industriais (REI).

No que se refere à PCIP, o **Regime de Emissões Industriais, contempla um alargamento de âmbito a novos setores de atividade e introduz também alterações na redação dada a categorias já abrangidas** por este regime perante o anterior quadro legal acima identificado.



A alteração do universo abrangido desenvolve-se em duas vertentes:

a) **Novos setores abrangidos:**

- Instalações de gaseificação e liquefação de outros combustíveis em instalações com uma potência térmica nominal total igual ou superior a 20 MW (nova categoria 1.4b)
- Produção de óxido de magnésio em fornos com uma capacidade superior a 50 toneladas por dia (nova categoria 3.1c)
- Produção de painéis de madeira, com exceção de contraplacados com capacidade produção superior a 600 m<sup>3</sup> por dia (nova categoria 6.1c)
- Preservação da madeira e produtos de madeira com capacidade de produção superior a 75 m<sup>3</sup> por dia (nova categoria 6.10)
- Tratamento realizado independentemente de águas residuais não abrangidas pelo sistema de águas residuais urbanas, provenientes de uma instalação PCIP (categoria 6.11)

b) **Clarificação de conceitos e setores já abrangidos:**

- Instalações de combustão com potência térmica  $\geq$  50 MW (categoria 1.1)
- Clarificação de conceitos de transformação química e produção industrial (categoria 4)
- Operações de gestão de resíduos (categoria 5)
- Tratamento e transformação para fabrico de produtos alimentares a partir de mistura de matérias primas animais e vegetais (**nova categoria 6.4b) ii e iii**)
- Avicultura: clarificação das espécies abrangidas (categoria 6.6a).

À semelhança do anteriormente estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, agora revogado pelo REI – Decreto-Lei n.º 127/2013, prevê que, a fim de assegurar a prevenção e o controlo da poluição, **as instalações só deverão funcionar se estiverem licenciadas.**

Como tal, o **Decreto-Lei n.º 127/2013 estabelece um prazo para este novo universo solicitar a sua regularização.** Salienta-se que, **caso estas instalações não regularizem a sua situação nos prazos estabelecidos pelo REI, ficam com o seu título/ licença de exploração comprometido, uma vez que a LA é parte integrante deste título/licença, e portanto automaticamente em situação de incumprimento.**

As instalações incluídas neste alargamento de âmbito devem ser possuidoras de LA:

- a partir de 7 de janeiro de 2013, para todas as instalações que iniciem o seu funcionamento após esta data, conforme o previsto do art.º 117(1) do REI;
- **até 7 de julho de 2015, para as instalações que se encontravam em funcionamento antes de 7 de janeiro de 2013**, conforme o previsto do art.º 117(2) do REI.

**No âmbito dos deveres de comunicação das instalações abrangidas pela licença ambiental, é estabelecida**, no n.º 1 do art. 42.º, **a obrigação de apresentar**, com o pedido de licenciamento ou no momento da 1ª renovação da LA, de alteração substancial ou atualização da licença, um **Relatório de Base** que inclua informações que **permitam determinar o estado de contaminação do solo e das águas subterrâneas**, de modo a permitir estabelecer uma comparação quantitativa com o estado do local após a cessação definitiva das atividades.

Este relatório deverá ser elaborado de acordo com as Diretrizes da Comissão Europeia respeitantes aos relatórios de base (2014/C 136/03), publicadas a 06/05/2014 no Jornal Oficial da União Europeia.

Deste modo, o operador deverá começar por avaliar a necessidade de elaboração do Relatório de Base, estruturado da seguinte forma:

1. Identificação das substâncias perigosas usadas, produzidas ou libertadas na instalação, de acordo com a classificação do art.º 3.º do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas (Regulamento CLP).
2. Identificação, de entre as substâncias listadas no ponto anterior, quais são passíveis de provocar contaminação dos solos e águas subterrâneas.
3. Identificação, de entre as substâncias listadas no ponto 2, as que, tendo em consideração das suas características, quantidades presentes e medidas previstas e implementadas para o manuseamento, armazenamento e transporte, ainda são suscetíveis de provocar contaminação do local de onde se encontra a instalação.
4. Conclusão sobre a necessidade de apresentação do Relatório de Base completo, atendendo ao resultado dos pontos anteriores.

Se esta informação lhe diz respeito, contacte-nos!